

Governo Aberto e Governo Eletrônico: revisão sistemática, conceitos, lacunas, interfaces e tendências de pesquisa

Autoria

Luiz Antonio Felix Júnior - juniorfelixx@hotmail.com

outro/outro

Edilberto Martins Dias Segundo - segundinhod@gmail.com

LUCIANA GONDIM DE ALMEIDA GUIMARAES - LUGONDIM@GMAIL.COM

UNIVERSITÉ LAVAL

Wenyka Preston Leite Batista - wenykapreston@hotmail.com

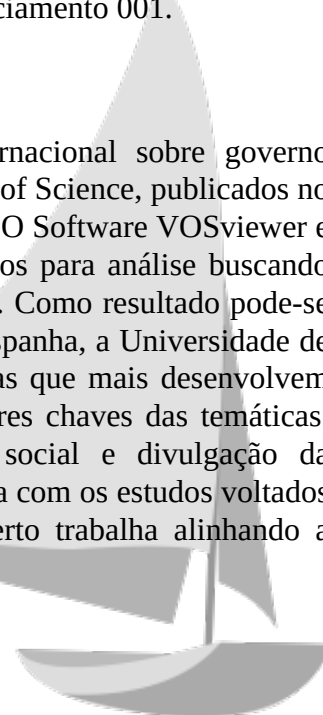
WALID ABBAS EL AOUIR - walidbranco@gmail.com

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Resumo

O objetivo deste estudo foi o mapeamento da produção internacional sobre governo eletrônico e governo aberto. Para isso coletaram-se artigos da Web of Science, publicados no período de 2009-2019 e desenvolveu-se uma análise bibliométrica. O Software VOSviewer e a plataforma principal coleção da Web of Science foram utilizados para análise buscando identificar conceitos, lacunas, interfaces e tendências de pesquisas. Como resultado pode-se destacar que os países que mais publicam são Estados Unidos e Espanha, a Universidade de Granada e a Universidade de Zaragoza, ambas da Espanha, são as que mais desenvolvem estudos e os autores Bolivar, Reddick, Royo e Ingrams são autores chaves das temáticas. Ambas as ferramentas objetivam: transparência, participação social e divulgação da informação dos governos. A temática do governo eletrônico dialoga com os estudos voltados ao acesso do cidadão as informações públicas e o governo aberto trabalha alinhando a transparência com as responsabilidades do governo.





Governo Aberto e Governo Eletrônico: revisão sistemática, conceitos, lacunas, interfaces e tendências de pesquisa

Resumo

O objetivo deste estudo foi o mapeamento da produção internacional sobre governo eletrônico e governo aberto. Para isso coletaram-se artigos da *Web of Science*, publicados no período de 2009-2019 e desenvolveu-se uma análise bibliométrica. O *Software VOSviewer* e a plataforma principal coleção da *Web of Science* foram utilizados para análise buscando identificar conceitos, lacunas, interfaces e tendências de pesquisas. Como resultado pode-se destacar que os países que mais publicam são Estados Unidos e Espanha, a Universidade de Granada e a Universidade de Zaragoza, ambas da Espanha, são as que mais desenvolvem estudos e os autores Bolivar, Reddick, Royo e Ingrams são autores chaves das temáticas. Ambas as ferramentas objetivam: transparência, participação social e divulgação da informação dos governos. A temática do governo eletrônico dialoga com os estudos voltados ao acesso do cidadão as informações públicas e o governo aberto trabalha alinhando a transparência com as responsabilidades do governo.

Palavras-chave: Governo aberto. Governo eletrônico. Transparência. Cidadão.

1 Introdução

Tornar a cidade “inteligente” está emergindo como uma estratégia de redução dos problemas gerados pelo crescimento da população urbana e pela rápida urbanização (Chourabi et al., 2012). Alguns elementos necessários para o desenvolvimento desta cidade inteligente são abordados no estudo de Giffinger, Haindlwair e Kramar (2010), como: economia inteligente, pessoas inteligentes, governança inteligente, mobilidade inteligente, ambiente inteligente e vida inteligente.

Dentre os diversos aspectos mencionados, este estudo aborda a figura da governança na perspectiva das cidades inteligentes com um olhar no processo de governo aberto e governo eletrônico e suas contribuições para o bom desempenho desta governança como cita Shim e Eom (2008) retratando serem estes elementos ferramentas eficazes para a redução da corrupção promovendo a boa governança. Assim como, estudos sobre governo eletrônico beneficiam a pesquisa sobre governança de cidade inteligente (Meijer & Bolívar, 2016). Mostrando assim a relevância da temática.

Para entender a proposição do governo aberto, Bertot et al. (2014) retratam que por meio da relação entre *Big Data* e *Open Data*, haverá uma grande quantidade de informações de forma aberta, garantindo um conjunto de dados acessíveis sobre as atividades do governo e suas ações sociais. Desta forma, a figura do governo aberto é uma métrica que tem como objetivo a transparência das ações governamentais, por meio da abertura de dados, fazendo com que a população seja conhecedora da forma de trabalho de seus respectivos governos.

Já o governo eletrônico Gil-García e Pardo (2005) determinam que este seria um governo com o uso intensivo ou generalizado de tecnologias da informação aplicados a prestação de serviços públicos, melhoria da eficácia gerencial e promoção de valores e mecanismos democráticos.

Nesta ótica conceitual Bertot et al (2014) observam que uma grande e aberta base de dados (*Big and Open Data*) são essenciais, não só para o desenvolvimento do governo eletrônico, como também para a construção de um governo aberto e transparente, proporcionando uma boa interação entre governos, cidadãos e o meio empresarial.

Sendo assim, a união do governo aberto com o governo eletrônico são os objetivos inteligentes da governança que incluem a transparência e os dados abertos usando as TIC e o governo eletrônico na tomada de decisões participativa e nos serviços eletrônicos co-criados, como por exemplo, aplicativos (European Parliament, 2014). Concluindo que a figura do governo aberto é responsável por disponibilizar o acesso a uma grande quantidade de dados,



responsável pela prestação de contas de forma transparente à sociedade. Já o governo eletrônico é o meio pelo qual o cidadão e demais esferas passam a ter o acesso.

Observada a ligação existente entre estes elementos do governo das cidades inteligentes e buscando compreender como eles são abordados nos estudos já realizados, auxiliando na compreensão, bem como na identificação de lacunas e tendências, trazendo luz sob novas temáticas no que se refere ao assunto tem-se como objetivo o mapeamento da produção internacional sobre governo eletrônico e governo aberto.

Esta pesquisa trouxe a temática do governo aberto e o governo eletrônico de forma unificada pela capacidade de complementação e contribuição destes elementos juntos ao desenvolvimento da governança inteligente. Diferente dos estudos desenvolvidos por Clair, Hicks e Isett (2017), Przybilovicz, Cunha e Coelho (2014) e Scholl (2013) que realizaram pesquisas de caráter bibliométrico e/ou de revisão sobre os temas desta pesquisa de forma independente.

2 Metodologia

A pesquisa foi realizada por meio de um estudo bibliométrico. A base de dados selecionada para a realização da pesquisa foi a *ISI Web of Science* (WoS), que conforme Oliveira, Rodrigues e Matias (2017) e Ceretta, Reis e Rocha (2016) esta é considerada uma fonte indexadora multidisciplinar que reúne periódicos reconhecidos.

Como procedimentos para a coleta de dados utilizou-se do período de busca de 2009 a 2019, totalizando 10 anos. A coleta ocorreu entre os dias 21 e 28 de janeiro de 2019, sendo selecionados artigos da principal coleção da *Web of Science*. Como critério de busca, a primeira seleção adotou as seguintes palavras-chave: “*E-government**” e “*Open Government**”. Na segunda seleção dentro dos artigos que abordavam os temas governo eletrônico e governo aberto utilizou-se o termo “*Governance**” para filtrar aqueles artigos que tratavam sobre governo aberto e governo eletrônico dentro da perspectiva da governança. A identificação da amostra foi realizada a partir da busca destes termos no título dos artigos, resumos e palavras-chave. Feita a busca, aplicou-se os seguintes filtros, conforme a Tabela 1:

Tabela 1:

Procedimentos adotados, por palavra-chave, para refinamento da amostra de pesquisa

Filtros	“E-government*”	“Open Government*”	Total
1ª seleção: E-government e Open government	4.274	768	5.042
2ª seleção: Governance	654	124	778
Tipos de trabalho: Article e review	361	84	445
Área: Public administration	70	22	92

Fonte: pesquisa (2019)

Por meio dos 92 trabalhos selecionados se procedeu a análise bibliométrica, apresentada como “Resultados bibliométricos”, e em seguida, realizou-se análise intitulada de “Para além da bibliometria” que avaliou contribuições trazidas pelos 10 artigos mais citados na *Web of Science* em cada tema aqui abordado.

Por fim, com o objetivo de identificação dos termos de maior ocorrência e os *clusters* que demonstram as tendências das pesquisas relacionadas à temática, foi utilizado o *Software VOSviewer*.

3 Resultados bibliométricos

Adentrando na análise bibliométrica, a primeira constatação refere-se ao quantitativo de publicações relacionadas ao Governo Eletrônico e Governo Aberto por ano, de acordo com a Figura 1.

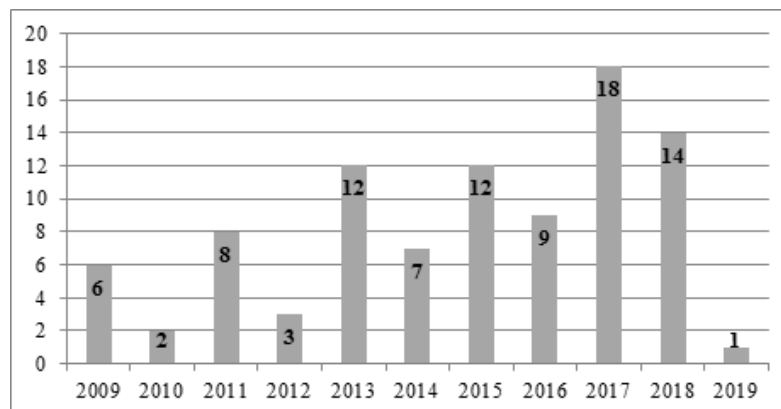


Figura 1. Publicações sobre Governo eletrônico e Governo aberto por ano

O ano de 2019 já destacou a existência de uma publicação, mesmo a pesquisa sendo desenvolvida no início do referido ano, demonstrando a relevância e atualidade da temática. Os anos de 2017 e 2018 foram os períodos de maior intensificação das pesquisas.

Na sequência foi identificada a quantidade de publicações de artigos por país, segundo a Tabela 2.

Tabela 2:

Top 5 das publicações de artigos por país de origem das instituições de vínculo dos autores

	País	Quantidade	%
1	Estados Unidos	33	16,90%
2	Espanha	14	7,20%
3	Holanda	8	4,10%
4	China	7	3,60%
5	Inglaterra	6	3,10%

Os Estados Unidos (16,9%) e a Espanha (7,2%) são os países com os maiores percentuais. Apesar da forte influência do primeiro colocado, a Europa detém participação significativa nas publicações (Espanha, Holanda e Inglaterra) com um percentual consolidado de 14,4%. Um dos motivos para a liderança dos Estados Unidos perante a quantidade de publicações em Governo Aberto reside no fato de que a partir do ano de 2009, com o ingresso de Barack Obama na presidência do país, houve a adoção do *Memorandum on Transparency and Open Government* possibilitando o *Open Government Directive*; nessa lógica, três princípios foram lançados para fomentar o Governo Aberto: Transparência, Participação e Colaboração (ORSZAG, 2009).

A motivação da Espanha no tocante ao Governo Aberto pode ser elencada pela formação da Comissão para Reforma da Administração Pública (CORA) iniciada em 2012, bem como o Plano de Medidas de Impulso da Reutilização de Informações do Ministério das Finanças e Administração Pública 2012-2014 (Ministério de Hacienda, 2019).

Na tabela 3, tem-se o *top 5* das instituições que mais publicaram, sendo a Universidade de Granada (5%) e a Universidade de Zaragoza (5%), ambas da Espanha.

Tabela 3:

Top 5 das instituições que mais publicaram no período de 2009 a 2019 na Web of Science

Instituições	Quantidade de Artigos	%
University of Granada	4	5%
University of Zaragoza	4	5%
University of Texas at San Antonio UTSA	3	4%
University of Texas System	3	4%
Tilburg University	3	4%



Os artigos publicados pela Universidade de Granada e Zaragoza são exclusivos para a área do Governo Eletrônico. Vale salientar que apenas a Universidade de Tilburg (4%), localizada na Holanda, apresenta todos os seus artigos publicados na área de Governo Aberto. A classificação das respectivas universidades no *top 5* corroboram com a posição de seus países em publicações de artigos.

Prosseguindo com a análise, a Tabela 4 apresenta o *top 5* dos autores com maior número de publicações:

Tabela 4:

Top 5 dos Autores com maior número de publicações

Autores	Publicações (nº)	Instituição dos autores
Bolivar MPR	3	University of Granada
Reddick CG	3	University of Texas at San Antonio
Royo S	3	University of Zaragoza
Ingrams A	3	Tilburg University
Braga LV	2	Fundação Getúlio Vargas

No que compete aos autores que mais publicaram, observa-se que Manuel Pedro Rodríguez Bolivar, Christopher G. Reddick, Sonia Royo e Alex Ingrams detiveram o mesmo número de artigos. No entanto, apenas Ingrams se dedicou integralmente às publicações na área de Governo Aberto, estando os demais restritos à área de Governo Eletrônico.

A Tabela 5 apresenta o *top 5* dos periódicos que mais publicam sobre a temática:

Tabela 5:

Top 5 das revistas que mais publicaram no período de 2009 a 2019 na Web of Science

Revistas	Quantidade de Artigos	%
Public Management Review	9	11%
Administration Society	7	8%
American Review of Public Administration	7	8%
Local Government Studies	6	7%
Governance and International Journal of Policy Administration and Institutions	4	5%

A revista científica com maior quantidade de artigos publicados foi a *Public Management Review* (11%), sendo todas as publicações destinadas à área de Governo Eletrônico. Já a *Administration Society* (8%) foi a segunda revista científica que mais publicou artigos, tendo suas publicações dentro das duas temáticas: Governo Eletrônico e Governo Aberto, assim como as demais observadas na Tabela 5.

O Fator de Impacto da *Administration Society* é de 1,761, ocupando o *ranking* 21º de 47º posições quando se trata de Administração Pública (Sage Journals, 2019). Este elemento pode explicar a escolha desta revista.

Já a *Public Management Review* obteve a classificação 3 do *Academic Journal Guide* (2018) da *Chartered Association of Business Schools* (CABS). Essa nota é destinada para as revistas que recebem e publicam trabalhos de pesquisas originais e bem executados, passando por uma forte avaliação (Chartered Association Business School, 2019).

4 Para além da bibliometria

4.1 Conceitos de governo eletrônico e governo aberto

Iniciando a conceituação pelo governo eletrônico Jun e Weare (2011) define que o governo eletrônico é um conjunto genérico de tecnologias e serviços que podem ser empregados por uma ampla gama de organizações públicas. E é um tema interessante e útil para o estudo da difusão da inovação nas organizações pública (Jun & Weare, 2011).

Já Ahn (2011) aborda em seu conceito a finalidade do governo eletrônico, sendo este uma resposta tecnológica para melhorar a participação dos cidadãos, a responsabilidade do



governo e a transparência, facilitando um maior nível de comunicação e fluxo de informações públicas entre os cidadãos e o governo. Assim como, economizar recursos financeiros e facilitar a participação do cidadão ou a democracia eletrônica (Norris & Reddick, 2012).

Já o conceito de governo aberto foi praticamente inexplorável perante nove das dez publicações mais citadas na *Web of Science*. Entretanto, o estudo realizado por Schmidhuber e Hilgers (2017) não fornece a conceituação do governo aberto em seu “estado sólido” ou integrado, mas aproxima-se de ideias que possibilitam bases conceituais.

Assim, Schmidhuber e Hilgers (2017) mencionam que a abordagem do governo aberto é oportuna ao ambiente externo quando da utilização proativa, da acessibilidade a dados do governo, bem como no apoio ao processo decisório participativo. Todavia, o governo aberto não estaria restrito a ideia de tornar a tomada de decisão participativa ou disponibilizar informações, mas sim na capacidade de desenvolver aberturas nas estruturas administrativas para as externalidades, integrando processos do governo e trazendo serviços cooperantes.

4.2 Lacunas e ideias para pesquisas futuras

Neste momento são relatadas lacunas e ideias de pesquisas futuras identificadas nos trabalhos analisados. Iniciando tal análise pela temática do governo eletrônico por meio do estudo de Norris e Reddick (2012) identificou-se que há uma necessidade na continuidade dos estudos voltados à análise do governo eletrônico, com o objetivo de observar o seu ritmo de sua trajetória e os seus impactos futuros, já que a presente pesquisa faz um comparativo entre os anos de 2004 e 2011. Uma lacuna identificada é a de que estudos voltados à intenção do uso de serviços de transação (ex.: solicitação de serviços, pagamentos de contas do serviço público, registro online para uso de instalações etc.) precisam ser desenvolvidos, pois são práticas mais difíceis e mais caras de realizar e há preocupação dos usuários não serem atraídos por tais serviços. Outro espaço para estudos se dá na questão das mídias sociais, visto que boa parte dos governos possuem tal ferramenta, mas ainda não se compreende o impacto que elas trazem dentro do governo eletrônico.

Na pesquisa desenvolvida por Pina, Torres e Royo (2010) que avaliou a capacidade do governo eletrônico afetar a responsabilidade do governo da União Europeia, indicou-se que a *internet* está evoluindo continuamente, logo pesquisas futuras devem atualizar os resultados obtidos no referido estudo, assim como outros estudos podem ser realizados ampliando o número de casos estudados por país, assim como incluindo outros estilos de administração pública.

E por fim, outra contribuição foi dada por Jun e Weare (2011) que estudou as motivações da inovação na administração pública através do desenvolvimento de serviços de governo eletrônico fornecidos por meio de sites. Como sugestão para estudos futuros os autores sugerem a observância acerca de como as motivações para inovar nas organizações públicas podem mudar ao longo do processo e como essas mudanças influenciam a qualidade e a eficácia de práticas inovadoras na gestão pública.

Passando a compreender algumas lacunas e ideias para pesquisas futuras sobre governo aberto constatou-se que há uma menor quantidade de abordagens dada a esta temática em relação ao governo eletrônico, se observado a quantidade de trabalhos definido no método do estudo: governo eletrônico (70) e governo aberto (22), é possível ter esta conclusão. Neste sentido, conclui-se que esta temática por si só pode ser considerada uma lacuna de pesquisa, pois anseia pelo desenvolvimento de novos estudos.

Apesar da menor quantidade de trabalhos, identificaram-se algumas lacunas como no estudo de Bearfield e Bowman (2016) por meio da realização de análises e comparações da medição de transparência municipal, verificando se as informações disponíveis em cidades inteligentes são capazes de gerar monitoramento e capacidade avaliativa do público em torno



da transparência. Sugerindo o emprego das redes sociais (principalmente *Facebook* e *Twitter*) como forma de envolver e alcançar o público no âmbito da transparência.

Na abordagem dada por Oztoprak e Ruijer (2016) abrem-se oportunidades de pesquisas que sejam capazes de analisar os impactos, fragilidades e melhorias causadas por políticas de transparência em governo local.

Por fim, tem-se a pesquisa desenvolvida por Schmidhuber e Hilgers (2017) que indica investigações com profundidade para entender os novos serviços colaborativos; a maximização das práticas públicas de participações e suas melhorias; estudos que verifiquem a forma como os cidadãos contribuem com iniciativas e políticas de longo prazo; se tais contribuições dos cidadãos geram melhorias; a atitude dos indivíduos quando no surgimento de oportunidades para participação em processos administrativos e a forma como a administração pública pode captar bons conhecimentos oriundos do ambiente externo e integrá-los nos processos organizacionais de maneira vantajosa.

4.3 Interfaces

A análise das interfaces foi desenvolvida com o objetivo de verificar possíveis relações entre os temas: governo eletrônico, governo aberto e outras áreas do conhecimento.

Abordagens envolvendo governo eletrônico	Autores	Abordagens envolvendo governo aberto	Autores
Governo eletrônico e inovação na administração pública.	Jun e Weare (2011)	Governo aberto e aprendizagem, formas de responsabilidade e suas inovações.	Schillemans, Twist e Hommerig (2013)
Governo eletrônico e sistema de informação geográfica (GIS).	Ganapati (2011)	Governo aberto e transparência fiscal.	Deng, Peng e Wang (2013)
Governo eletrônico e confiança dos cidadãos no governo e o uso da internet.	Im et al. (2012)	Governo aberto e cidadania e inovação aberta.	Schmidhuber e Hilgers (2017)

Figura 2. Interfaces entre governo eletrônico, governo aberto e outras áreas do conhecimento

No tocante ao governo eletrônico o estudo de Jun e Weare (2011) trabalhou o estudo da inovação envolvendo o governo eletrônico. Alegando que o governo eletrônico é um caso interessante e útil para o estudo da difusão da inovação na administração pública. O estudo averiguou as motivações institucionais para inovação através do caso da adoção de sites por municípios dos Estados Unidos (EUA) e o desenvolvimento de serviços de governo eletrônico fornecidos por meio desses sites.

Já a abordagem de Ganapati (2011) relacionou a governança eletrônica com o sistema de informação geográfica (GIS) que é uma ferramenta tecnológica para retratar informações espaciais visualmente e para realizar análises espaciais. O GIS permitiu que os governos locais utilizassem serviços da *web*, como o *Google Maps*, para fornecer informações sobre trânsito e transporte. O *Google Transit* é o principal exemplo de tal uso. Em segundo lugar, a Internet permitiu um crescimento significativo da informação geográfica voluntária; as agências locais podem aproveitar o conhecimento local para aumentar a participação para diversos fins. Em outras palavras, o GIS tem possibilitado cada vez mais que os governos locais realizem o gerenciamento do relacionamento com o cidadão de maneira mais eficiente. Os cidadãos podem relatar problemas locais on-line, que são encaminhados para o departamento apropriado.

Im et al. (2012) relacionou o governo eletrônico e o uso da internet com a confiança dos cidadãos no governo, partindo da premissa de que a informação é um fator determinante da opinião pública e do comportamento do cidadão, esta pesquisa explorou a extensão para o qual o tempo que os cidadãos passam na *internet* afeta sua confiança no governo e o



cumprimento das políticas do governo, em comparação com a influência das modalidades tradicionais, off-line, de mídia de massa, como os jornais.

No que compete ao governo aberto o estudo de Schillemans, Twist e Hommerig (2013) pautou a questão da aprendizagem, formas de responsabilidades, prestação de contas, e suas inovações com o governo aberto.

Deng, Peng e Wang (2013) relacionaram o governo aberto com a transparência fiscal no governo provincial chinês. A motivação do estudo circunda as exigências impostas em várias partes do mundo cobrando mais transparência, no geral, e informações orçamentárias de países que já são desenvolvidos (EUA, por exemplo) bem como aqueles de economia emergente (China, que é o objeto desse estudo). O estudo objetivando fazer uma avaliação da transparência orçamentária a nível subnacional no território chinês e promover uma análise a respeito dos fatores que podem enveredar explicações para o nível de transparência subnacional chinesa nesse recorte de quatro anos.

A abordagem elaborada por Schmidhuber e Hilgers (2017) relacionou a cidadania e a inovação aberta com o governo aberto. O estudo fez uma análise das práticas de governo aberto na Áustria por meio de projetos de cidadania, elencando quatro exemplificações de cidadania no país austríaco: “*App Challenge Tyrol '15*”, “*MyLinz*”, “*Digital Agenda Vienna*” e “*Lookalinz*”.

4.4 Análise de tendências

Este momento da pesquisa, utilizando-se do *software VOSviewer*, é capaz de observar os termos mais repetidos nos estudos e a sua capacidade de relação com os demais termos por meio dos agrupamentos de termos representados pelos *clusters*.

Iniciando a observação pelos termos mais ocorridos, verificou-se que os termos: Governo (68), Governo eletrônico (58), Nível (43), Participação (41), Cidadão (40), Transparência (35), são citados com alta frequência nos estudos da temática governo eletrônico, indicando que a participação do cidadão, o nível e processo de transparência nas entidades públicas são temas que são discutidos com frequência nos estudos do governo eletrônico.

Na análise dos *clusters*, foram observados os agrupamentos de termos, conforme o Figura 3. Na temática do governo eletrônico foram identificados 4 *clusters*.

Cluster 1	Responsabilidade/Artigo/Participação do cidadão/Implementação/Literatura/Governo local/Necessidade/Participação/Política/Estudo/Transparência.
Cluster 2	Análise/Cidadão/Impacto/Informação/ Internet/ Nível/ Papel/ Confiança/Usar
Cluster 3	Autor/País/Desenvolvimento/Governo eletrônico/ Fator/ TICs/ Processo/Administração pública
Cluster 4	Governo/Paper/ Relação/Pesquisa/Estado

Figura 3. Relação de *clusters* apresentado pelo VOSviewer - Governo Eletrônico

Fonte: VOSviewer®

Pelos termos relacionados tomaram destaque e foram analisados os *clusters* 1, 2 e 3: o *cluster* 1, demonstra a tendência do desenvolvimento de estudos do governo eletrônico com foco na participação social, na transparência. Já os *cluster* 2 e 3, apresentam a relação do uso da tecnologia nos estudos do governo eletrônico, tendo como foco na informação e o cidadão.

Feito a análise acerca da temática do governo eletrônico, o estudo trata a mesma estratégia de observação para a temática do governo aberto. O termo mais frequente nas pesquisas relacionadas a governo aberto é o da transparência (41), seguido das referências à abertura (17), informação (16), governo aberto (12), todos estes termos estão dentro do conceito de governo aberto e o termo mais expressivo que é o da transparência pode ser entendido como o grande objetivo da figura do governo aberto.



Os *clusters* gerados na temática governo aberto são apresentados no Figura 4 e os agrupamentos dos termos formaram 4 *clusters*.

Cluster 1	Análise/Autor/Desafio/Cidadão/ Povo/Governo/Implicação/Inovação/América Latina/Governo aberto/Inovação pública/Questão
Cluster 2	Artigo/Barreira/Caso/China/Complexidade/Informação/Regra/Transparência
Cluster 3	Responsabilidade/ Conceito/ <i>Framework</i> / Literatura
Cluster 4	Contexto/ Abertura/ <i>Paper</i> / Qualidade

Figura 4. Relação de clusters apresentado pelo VOSviewer - Governo Aberto

Fonte: VOSviewer®

Tomaram destaque os *clusters* 1 e 2: o *cluster* 1, apresenta que a temática governo aberto está relacionada à estudos que abordam a inovação pública, envolvendo como objetivo o atendimento ao cidadão, com também observando as implicações de um governo aberto. Já o *cluster* 2, relaciona a temática das barreiras complexidade para implantação, mas também estudo os resultados que podem advir como a transparência e a informação.

De forma conclusiva e comparativa, analisando os termos ocorridos nos trabalhos de governo aberto e governo eletrônico de forma simultânea, identificou-se que há tendência dos termos: transparência, cidadão/povo e informação, pois são presentes em ambas pesquisas, mostrando que tanto um procedimento como outro possuem como foco em suas pesquisas a transparência das informações a participação social e a divulgação da informação dos governos. Também se fez presente nas duas temáticas termos relacionados a tecnologia como, internet, Tics e inovação, mostrando que o governo eletrônico e o aberto utilizam-se da tecnologia para seu desenvolvimento.

5 Conclusões

As conclusões do estudo são realizadas conforme o desenvolvimento de cada seção de análise. Na revisão sistemática verificou-se que os países que mais publicam são Estados Unidos e Espanha, a Universidade de Granada e a Universidade de Zaragoza, ambas da Espanha, são as que mais desenvolvem estudos e os autores Bolivar, Reddick, Royo e Ingrams são autores chaves das temáticas.

No tocante aos conceitos constata-se que ambas as ferramentas possuem em sua essência conceitual a relação com a transparência, participação social e divulgação da informação dos governos.

Como lacunas de pesquisa, concluiu-se que o tema governo aberto possui maior ausência de pesquisas na área; indica-se estudos que abordem a observância a transparência por meio das duas temáticas; a utilização das mídias sociais para uma maior conexão entre governo e cidadão, estudos da trajetória do governo eletrônico, avaliações da responsabilidade do governo com as métricas de governo eletrônico e governo aberto; inovação no serviço público através do governo eletrônico; análise da capacidade das informações dispostas pelo governo e se elas são capazes de proporcionar monitoramento por parte dos cidadãos; observação dos impactos, fragilidades e melhorias causadas por políticas de transparência; verificação da contribuição do cidadão com melhorias e como estas ocorrem.

Já em relação as interfaces verifica-se que a temática do governo eletrônico dialoga com os estudos voltados ao acesso do cidadão as informações públicas e o governo aberto trabalha alinhando a transparência com as responsabilidades do governo. Ambas ferramentas trazem maior reponsabilidade e confiança a gestão, assim como introduzem processos de inovações na administração pública. Tais interfaces são confirmadas quando analisadas as tendências de pesquisa por meio do *software* VOSviewer. Concluindo assim que as interfaces dos temas governo aberto e governo eletrônico com outros temas de outras áreas do



conhecimento, podem ser consideradas tendências de pesquisa, ou seja, temas que estão sendo estudados neste período de análise.

Diante das conclusões apresentadas o trabalho tem em sua proposta uma contribuição acadêmica e científica, pelo fato da identificação de conceitos, lacunas, interfaces e tendências de pesquisa na área do governo eletrônico e governo aberto. No tocante as contribuições gerenciais o estudo colabora na identificação de possíveis lacunas e esforços futuros de estudos que possam vir a ser realizados empiricamente contribuindo com o mercado.

A limitação do estudo se dá no que tange a sua generalização, visto que o período de estudo compreendeu os anos de 2009 a 2019, sendo este último observado até o último dia da coleta realizada na *Web of Science* (28 de janeiro de 2019). Logo, os achados e indicações para estudos futuros circundam neste limite de pesquisa estabelecido no método.

Referências

- Ahn, M. J. (2011). Adoption of E-Communication Applications in U.S. Municipalities: The Role of Political Environment, Bureaucratic Structure, and the Nature of Applications. *The American Review of Public Administration*, 41 (4), 428-452.
- Bearfield, D. A., & Bowman, A. O. (2016). Can You Find It on the Web? An Assessment of Municipal E-Government Transparency. *American Review of Public Administration*, 1, 1-17.
- Bertot, J. C. et al. (2014). Big data, open government and e-government: Issues, policies and recommendations. *Information Polity*, 19, 5-16.
- Chartered Association Business School (CABS). Academic Journal Guide (AJG) 2018. The purpose of the Academic Journal Guide. Disponível em: <https://charteredabs.org/academic-journal-guide-2018/#1529418448009-77171365-3d17>. Acesso em: 25 jan. 2019.
- Ceretta, G. F., Reis, D. R., & Rocha, A. C. (2016). Inovação e modelos de negócio: um estudo bibliométrico da produção científica na base *Web of Science*. *Gest. Prod.*, 23 (2), 1-12.
- Chourabi, H., Nam, T., Walker, S., Gil-Garcia, J.R., Mellouli, S., Nahon, K., Pardo, T.A., Scholl, H.J., . et al. (2012.). Understanding smart cities: an integrative framework. In: IEEE – 45th. In: *Hawaii International Conference on System Sciences*, 2289-2297.
- Clair, R. S., Hicks, D., Isett, K. R. (2017). An Investigation Into the Characteristics of Papers With High Scholarly Citations in Public Administration: The Relativity of Theory and Method. *Review of Public Personnel Administration*, 16, 1-28.
- Deng, S., Peng, J., & Wang, C. (2013). Fiscal transparency at the Chinese provincial level. *Public Administration*, 91 (4), 947–963.
- European Parliament. (2014). Mapping smart cities in the EU. Brussels, Belgium: European Parliament, Directorate General for internal policies.
- Ganapati, S. (2011). Uses of Public Participation Geographic Information Systems Applications in E-Government. *Public Administration Review*, may/june, 425-434.
- Giffinger, R., Haindlmaier, G. & Kramar, H. (2010). The role of rankings in growing city competition. *Urban Research & Practice*, 3 (3), 299-312.
- Gil-Garcia, J. R., & Pardo, T. A. (2005). E-government success factors: Mapping practical tools to theoretical foundations. *Government Information Quarterly*, 22, 187-216.
- Im, T., Cho, W., Porumbescu, G., & Park, J. (2012). Internet, Trust in Government, and Citizen Compliance. *Journal of Public Administration Research and Theory*, 24, 741-763.



- Jun, K., & Weare, C. (2010). Institutional Motivations in the Adoption of Innovations: The Case of E-Government. *Journal of Public Administration Research and Theory*, 21, 495-519.
- Meijer, A., & Bolívar, M. P. R. (2016). Governing the smart city: a review of the literature on smart urban governance. *International Review of Administrative Sciences*, 82 (2), 1-17.
- Ministerio de Hacienda. Gobierno de España. CORA – Reforma de las Administraciones Públicas. Disponível em: <http://www.hacienda.gob.es/es-ES/Areas%20Tematicas/GobernanzaPublica/Paginas/cora/cora.aspx>. Acesso em: 24 de jan. de 2019.
- Ministerio de Hacienda. Gobierno de España. Plan de Medidas de Impulso de la Reutilización de la Información del Ministerio de Hacienda y Administraciones Públicas 2012-2014. Disponível em: http://www.hacienda.gob.es/Documentacion/Publico/RISP/Plan%20RISP%20MHAP%202012_2014.pdf. Acesso em: 24 de jan. 2019.
- Norris, D. F., & Reddick, C. G. (2012). Local E-Government in the United States: Transformation or Incremental Change?. *Public Administration Review*, 73 (1), 165–175.
- Oliveira, A. B., Rodrigues, R. S., & Matias, M. (2017). Periódicos científicos das Ciências Agrárias: análise dos títulos brasileiros indexados na Web of Science e Scopus Perspect. *Ciênc. Inf.*, 22 (2), 3-28.
- Orszag, P. R. (2009). Memorandum for the heads of executive departments and agencies: Open government directive. Executive Office of the President, M-10-06. Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/open/documents/open-governmentdirective>. Acesso em: 02 jan. 2019.
- Oztoprak, A. A., & Ruijter, E. (2016). Variants of transparency: an analysis of the English Local Government Transparency Code 2015. *Local Government Studies*, 536-556.
- Pina, V., & Torres, L. (2010). Is e-government promoting convergence towards more accountable local governments?. *International Public Management Journal*, 13(4), 350–380.
- Piotrowski, S., Rosenbloom, D. H., Kang, S., & Ingrams, A. (2018). Levels of Value Integration in Federal Agencies' Mission and Value Statements: Is Open Government a Performance Target of US Federal Agencies? *Public Administration Review*, 78 (5), 705-716.
- Przybilowicz, E., Cunha, M. A., & Coelho, T. R. (2014). The Development of Studies on Electronic Government in Brazil: A bibliometric and sociometric study. In: *International Conference on Information Resources Management (Conf-IRM)*. 28 p.
- Sage Journals. Administration & Society. Journal Indexing and Metrics. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/metrics/aas>. Acesso em: 25 jan. 2019.
- Schillemans, T., Twist, M. V., & Vanhommering. (2013). Innovations in Accountability Learning Through Interactive, Dynamic, and Citizen-Initiated Forms of Accountability. *Public Performance & Management Review*, 36 (3), 407-435.
- Scoll, H. L. (2013). Electronic Government Research: Topical Directions and Preferences. In: *EGOV: International Conference on Electronic Government*. 1-13.
- Schmidhuber, L. & Hilgers, D. Unleashing Innovation beyond Organizational Boundaries: Exploring Citizen sourcing Projects. *International Journal of Public Administration*, 41 (14), 1-16.
- Shim, D. C., & Eom, T. H. (2008). E-government and anti-corruption: empirical analysis of international data. *International Journal of Public Administration*, 31 (3), 298-316.